

**Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Mucambo–Ce, realizada dia 10 (dez) de janeiro de 2026 (dois mil e vinte seis).**

Aos 10 (dez) dias do mês de janeiro de 2026 (dois mil e vinte seis), às 19:00h, em sua sede, nesta cidade de Mucambo-Ce, realizou-se a **1ª (primeira) Sessão Ordinária** do presente ano, sob a Presidência do Vereador Antônio Elton Fernandes Alves, na qual se fazem presentes os seguintes vereadores: Cristiane Maria Mendes Parente, Galvão Bueno de Souza Rodrigues, Joana D'arc Freire da Costa, José Maria Rodrigues Lima, Lindomar da Silva Nepomuceno, Maria Rodrigues Monteiro Gomes, e Rogério de Souza Santana. Fazendo-se ausente por motivos de força maior o vereador, Raimundo Nonato de Souza.

**EXPEDIENTE:** O Sr. Presidente iniciou a sessão desejando boa noite a todos os presentes. Antes da abertura oficial dos trabalhos, solicitou um minuto de silêncio em razão do falecimento da Senhora Verônica Ursulino, filha da Senhora Ivanira, ex-vereadora desta Casa Legislativa, registrando votos de pesar à família enlutada. Após o cumprimento do minuto de silêncio, deu prosseguimento à sessão. Dirigindo-se aos senhores vereadores e senhoras vereadoras, declarou iniciados os trabalhos legislativos do ano de dois mil e vinte e seis. Estendeu suas palavras aos funcionários da Casa, às pessoas que acompanhavam a sessão pelas redes sociais e a todos os presentes no plenário. Destacou que o ano de dois mil e vinte e seis se iniciava com o firme propósito de muito trabalho em prol do município, com foco na ética, no diálogo e na melhoria da qualidade de vida da população. Ressaltou que a prioridade seria a agilização dos projetos essenciais, a presença constante nas comunidades para ouvir suas demandas e a manutenção da harmonia entre os Poderes, trabalhando de forma conjunta para o desenvolvimento do município. Rogou proteção divina para que o ano fosse produtivo e voltado ao bem comum, declarando oficialmente abertos os trabalhos legislativos do ano de dois mil e vinte e seis. Antes de dar continuidade, convidou todos os presentes a se colocarem de pé para a realização de uma oração, sendo rezado um Pai-Nosso, com o propósito de abençoar os trabalhos do novo ano legislativo. Após a oração, desejou que o ano fosse abençoado e produtivo para o desenvolvimento do município. O Sr. Presidente registrou as boas-vindas ao novo Procurador do Município, Dr. David Fernandes de Sousa Portela, desejando-lhe êxito em sua atuação. Em seguida, passou à votação da



ata da sessão anterior, lembrando que todos os vereadores haviam tido acesso prévio ao documento. Colocou a ata em discussão e, não havendo quem quisesse discuti-la, colocou-a em votação, sendo a mesma aprovada. Dando início à **Ordem do Dia**, informou que constavam para votação matérias oriundas do Poder Legislativo, sendo: um Projeto de Emenda à Resolução, uma Indicação e 2 (dois) Requerimentos. Informou ainda que seriam apresentados dois projetos de autoria do Poder Executivo. Posteriormente o Sr. Presidente, solicitou ao Secretário da Mesa que procedesse à leitura do **Projeto de Resolução (autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mucambo) - Dispõe sobre a Emenda à Resolução nº 02/2025 e Resolução nº 05/2025, que promove a atualização dos vencimentos dos funcionários e servidores desta Câmara Legislativa de Mucambo-Ce, e dá outras providências**". Após a leitura o Sr. Presidente informou, que o referido projeto já havia tramitado pelas comissões competentes, com a emissão dos devidos pareceres, encontrando-se apto para deliberação em plenário. Colocou a matéria em discussão e, não havendo discussão, colocou-a em votação. Sendo aprovado por **unanimidade**. Em seguida, passou-se à apreciação do **Projeto de Indicação nº 01/2026 (autoria: vereador José Maria Rodrigues Lima) - Indicar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, que seja viabilizada a aquisição e distribuição gratuita de fardamento escolar aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino**. Colocado em discussão, fez uso da palavra o vereador José Maria Rodrigues Lima, onde cumprimentou o Sr. Presidente, os colegas vereadores, o plenário presente, bem como representantes sindicais e profissionais da educação presentes à sessão. Destacou que o objetivo do projeto surgiu da escuta constante da população, especialmente de mães que relataram dificuldades relacionadas ao fardamento escolar. Ressaltou a importância do uniforme como forma de identificação dos alunos, promovendo maior segurança, além de representar apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social, que por vezes enfrentam dificuldades para custear vestimentas adequadas para os filhos frequentarem a escola diariamente. Enfatizou que a iniciativa busca assegurar dignidade e melhores condições aos estudantes da rede pública. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente colocou o **Projeto de Indicação nº 01/2026 (autoria: vereador José Maria Rodrigues Lima)** em votação, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**. Na sequência,

foi apreciado o **Requerimento nº 01/2026** (autoria: vereador José Maria Rodrigues Lima) - Que seja encaminhado expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria competente, requerendo a manutenção e melhoria da pavimentação da Avenida Agrônomo José Alves, no trecho compreendido entre a frente da Escola Elze Mendes e o início da Vila Betânia. Colocado em discussão e não havendo quem quisesse se manifestar, o Sr. Presidente colocou o **Requerimento nº 01/2026** (autoria: vereador José Maria Rodrigues Lima) em votação, sendo **aprovado unanimidade**. Dando continuidade, foi apresentado o **Requerimento nº 02/2026** (autoria do vereador José Maria Rodrigues Lima) - Que seja encaminhado expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, bem como ao setor competente da administração (Secretaria de Infraestrutura/DEMUTRAN), solicitando a instalação de quebra-molas (Redutores de velocidade) na comunidade de Itaipu. Colocado em discussão, o vereador José Maria Rodrigues Lima fez uso da palavra para esclarecer que o requerimento anterior referente à Avenida Agrônomo José Alves decorreu de observação pessoal realizada em visita ao local, onde constatou a necessidade urgente de melhorias, especialmente por se tratar de trecho localizado em frente a uma escola, visando garantir maior segurança aos transeuntes. Quanto ao requerimento referente à comunidade de Itaipu, informou que a solicitação partiu de moradores da localidade, que relataram preocupação após a pavimentação da via, visto que alguns condutores, especialmente jovens, estariam trafegando em alta velocidade, colocando em risco pedestres e moradores. Destacou que sua atuação como legislador consiste em apresentar as demandas da população ao Poder Executivo, visando à solução das problemáticas apontadas. O Sr. Presidente questionou se mais algum vereador desejaria fazer uso da palavra. Fez uso da palavra a vereadora Maria Rodrigues Monteiro Gomes, que cumprimentou a todos e, aproveitando a discussão do requerimento apresentado pelo vereador José Maria Rodrigues Lima referente à comunidade de Itaipu, manifestou preocupação com a situação do trânsito no município de Mucambo. A vereadora destacou que têm ocorrido diversos acidentes, ressaltando que a situação se tornou preocupante. Pontuou problemas relacionados a estacionamento irregular, ocupação indevida de calçadas, o que compromete o direito de ir e vir dos pedestres, bem como a presença de caminhões que, ao

realizarem abastecimento no município, acabam dificultando a circulação nas vias públicas. Enfatizou a necessidade de maior atenção por parte do Poder Público quanto à organização e sinalização adequada das áreas destinadas a estacionamento, bem como à adoção de medidas que contribuam para a melhoria do trânsito no município. Ressaltou que é importante agir com equilíbrio, evitando medidas excessivamente rigorosas que possam prejudicar trabalhadores que se deslocam da zona rural para realizar seus negócios na cidade, mas reforçou que é imprescindível coibir atitudes irresponsáveis de condutores que trafegam em alta velocidade, colocando em risco a própria vida e a de terceiros. Finalizou sua fala apelando para a conscientização da população e afirmando que o município já atingiu um limite que não permite mais omissão diante da atual realidade do trânsito. Em seguida, o Sr. Presidente acrescentou que, além do requerimento apresentado pelo vereador José Maria Rodrigues Lima, é importante que o Poder Executivo analise a possibilidade de ampliar tais medidas para todos os distritos e áreas rurais urbanizadas do município, considerando que diversas localidades já contam com pavimentação, o que aumenta o risco de acidentes diante da imprudência de alguns condutores que trafegam acima do limite permitido. Não havendo mais discussão, o senhor Presidente colocou o **Requerimento nº 02/2026 (autoria do vereador José Maria Rodrigues Lima)** em votação sendo **aprovado**. Em seguida, o vereador Lindomar da Silva Nepomuceno apresentou um **requerimento verbal** e foi convidado pelo Sr. Presidente a fazer uso da palavra. O vereador iniciou cumprimentando o presidente, os colegas vereadores e todos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Agradeceu, ainda, a presença de Itevildo, presidente do SINDCEM, de Marta, dos demais professores, do chefe de gabinete Júnior Freire e dos demais presentes. Na oportunidade, informou que não havia conseguido formalizar o requerimento por escrito, mas que a família do Senhor Antônio Doca o havia procurado para tratar da homenagem realizada ao Galpão de Reciclagem localizado no Alto do Cristo. Segundo o vereador, a família demonstrou insatisfação com a homenagem e solicitou que o caso fosse levado ao conhecimento dos demais parlamentares. Ressaltou que, como representante do povo, sentia-se no dever de apresentar a demanda à Casa Legislativa, buscando, junto aos colegas, uma solução que pudesse trazer conforto à família. Destacou que seu pedido não visava interesse pessoal, mas

sim atender à solicitação apresentada, sugerindo que os vereadores analisassem a situação e verificassem a possibilidade de alteração, caso houvesse respaldo legal. Em seguida, o Sr. Presidente esclareceu que, conforme o novo Regimento Interno, o assunto deveria ser amplamente debatido. Afirmou não haver oposição ao requerimento, mas ressaltou que se tratava de matéria já deliberada pela Casa, inclusive por meio de dois projetos anteriormente aprovados. Salientou que qualquer alteração deveria observar as normas jurídicas vigentes. Diante disso, solicitou ao procurador da Câmara, Dr. David Fernandes, que esclarecesse os procedimentos legais cabíveis. Reforçou que a Casa estava aberta ao debate, desde que dentro da legalidade, respeitando o regimento interno e a Lei Orgânica do Município. O procurador, Dr. David Fernandes, explicou que o regimento interno é claro quanto à alteração de denominação de logradouros ou órgãos públicos, sendo necessária a apresentação de Projeto de Lei. Destacou que mudanças dessa natureza podem impactar diretamente a vida dos moradores, envolvendo questões como correspondências, serviços de energia e demais registros postais. Ressaltou também a importância de verificar a posição dos familiares da pessoa homenageada, observando se o pedido de alteração é unânime. Informou ainda que, para modificar uma denominação já aprovada por maioria simples, seria necessária maioria absoluta, conforme as exigências regimentais. Acrescentou que, caso não houvesse projeto de lei, eventual inconformismo poderia ser levado ao Poder Judiciário e, havendo determinação judicial, a Câmara poderia deliberar novamente sobre a matéria. O Sr. Presidente agradeceu os esclarecimentos e reiterou que a Casa permaneceria aberta ao diálogo, propondo inclusive a realização de reunião com a família, a procuradoria e os assessores jurídicos, a fim de debater o assunto de forma adequada e legal. A vereadora Maria Rodrigues Monteiro Gomes manifestou-se destacando que a inauguração do local era recente e que, considerando a possível ausência de grande impacto imediato, poderia haver viabilidade para alteração, desde que apresentada a devida proposição legislativa. Ressaltou, contudo, que a mudança dependeria de maioria absoluta e da correta formalização do projeto de lei, sugerindo inclusive a possibilidade de indicar outro nome para o centro de reciclagem. Retomando a palavra, o vereador Lindomar da Silva Nepomuceno questionou se seria possível apresentar novo projeto de lei propondo outra

denominação, mesmo após a sanção da lei anterior. O Procurador da Câmara Municipal de Mucambo-Ce, esclareceu que seria possível, desde que observados todos os requisitos legais, inclusive a devida justificativa e a verificação quanto à concordância dos familiares envolvidos. O vereador Lindomar da Silva Nepomuceno afirmou que, segundo as informações recebidas, a família estaria unânime quanto ao pedido e reiterou a intenção de apresentar o Projeto de Lei para que a matéria fosse submetida à apreciação da Casa. Finalizou agradecendo aos colegas e reafirmando que seu objetivo era proporcionar conforto à família, dentro dos limites legais. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Galvão Bueno de Souza Rodrigues, que cumprimentou o Sr. Presidente, os colegas vereadores, o plenário presente e os que acompanhavam pelas redes sociais. Iniciou sua fala dirigindo-se ao vereador Lindomar da Silva Nepomuceno, ressaltando o respeito ao seu mandato e à sua pessoa. Destacou que, à época da tramitação do projeto que denominou o Centro de Reciclagem, acreditava que a família do homenageado havia sido procurada e que teria concordado com a homenagem, inclusive enviando a biografia do cidadão. Informou que o Projeto passou pelas comissões, foi analisado e aprovado pela Casa, havendo inclusive familiares presentes na cerimônia de inauguração. Mencionou que, segundo seu entendimento, uma das filhas do homenageado estaria demonstrando insatisfação, inclusive por meio de manifestações públicas nas redes sociais, com críticas e declarações que considerou desrespeitosas à Câmara e aos vereadores. Ressaltou que a Casa Legislativa é regida por um Regimento Interno, sendo um espaço de respeito, legalidade e representação popular, e que os parlamentares foram eleitos pelo voto do povo. Questionou se a insatisfação seria unânime entre todos os familiares ou se partiria apenas de uma pessoa. Declarou que, em sua opinião, não apoiaria eventual projeto de revogação da homenagem, por entender que o projeto foi devidamente apreciado, aprovado e que o homenageado era merecedor do reconhecimento. Finalizou afirmando que consideraria vergonhoso revogar uma homenagem já concedida sem justificativa consistente, e encerrou desejando boa noite a todos. Na sequência, o Vereador Lindomar da Silva Nepomuceno agradeceu as palavras do colega, esclarecendo que, no que lhe foi relatado, não houve qualquer desrespeito direcionado a ele pessoalmente. Afirmou que apenas repassou à Casa o pedido feito pela família, que, segundo informou, seria

unânime quanto à insatisfação. Mencionou ainda que, conforme relato recebido, o projeto teria sido aprovado sem a concordância formal da família e que teria ocorrido erro na grafia do nome, embora não pudesse confirmar tais informações. Reiterou que seu papel como vereador é representar a população e levar as demandas que lhe são apresentadas, respeitando as decisões dos colegas, inclusive votos contrários. Destacou que não compactua com desrespeito a qualquer vereador e reafirmou seu compromisso com o diálogo e o respeito institucional. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Rogério de Souza Santana, que cumprimentou o Sr. Presidente, os colegas parlamentares, o plenário e os que acompanhavam pelas redes sociais. Informou ser o autor do projeto de lei que concedeu a homenagem e relatou que esteve na residência de uma das filhas do homenageado, onde conversou pessoalmente sobre a proposta. Segundo ele, a filha demonstrou satisfação com a homenagem, comprometeu-se a elaborar a biografia e a entregou diretamente na Câmara. Afirmou desconhecer o que teria motivado a mudança de posicionamento posterior e ressaltou que, caso tenha ocorrido erro no nome, a informação teria sido extraída da biografia apresentada pelo próprio familiar. Declarou que jamais apresentaria um projeto que considerasse imoral e que, conhecendo a trajetória do homenageado, entende que ele é merecedor da homenagem. Adiantou, portanto, que também não votaria favoravelmente à revogação do projeto, ressaltando que eventual alteração dependeria de novo projeto de lei e de maioria absoluta da Casa. Por fim, o Vereador Lindomar da Silva Nepomuceno voltou a se manifestar, reafirmando que sua intenção era buscar uma solução que trouxesse conforto à família. Declarou respeitar os posicionamentos contrários já manifestados e sugeriu ao presidente que, diante das manifestações antecipadas de voto, pudesse avaliar a realização de uma votação para definir a posição da Casa quanto à continuidade do tema. Em seguida, fez uso da palavra a Vereadora Maria Monteiro Gomes. Afirmou que, havendo a intenção de alterar a denominação já aprovada, seria necessário apresentar um novo projeto de lei, uma vez que se trata de mudança oficial. Destacou que, quando a Câmara concede o nome de uma rua, avenida ou prédio público, a expectativa é de que a família do homenageado se sinta honrada e satisfeita com o reconhecimento. Pontuou que, caso a família esteja insatisfeita, a situação se torna desagradável e decepcionante, pois a intenção do Legislativo

é prestar uma homenagem que traga orgulho aos familiares. Assim, defendeu que, se houver rejeição por parte da família, o vereador interessado deve formalizar corretamente o projeto de alteração, para que seja analisado pela Casa, com a participação dos familiares, e submetido à votação. Esclareceu ainda que, conforme já mencionado pela Procuradoria, a alteração exigiria maioria absoluta — ou seja, dois terços dos vereadores — e não apenas maioria simples. Ressaltou que cada parlamentar votaria conforme sua consciência, reforçando que a intenção inicial da Câmara sempre foi agir de boa-fé. Concluiu afirmando que, estando a família insatisfeita, o projeto deve ser apresentado e decidido pela maioria. Na sequência, o Vereador Lindomar da Silva Nepomuceno ponderou que, se o projeto de revogação ainda nem foi elaborado e já há declarações antecipadas de voto contrário, entende ser desnecessário prosseguir com a formalização caso não haja possibilidade de aprovação. Em seguida, o Vereador José Maria Rodrigues Lima solicitou a palavra e parabenizou a Vereadora Maria Rodrigues Monteiro Gomes por sua colocação, além de manifestar respeito às falas dos vereadores Galvão Bueno de Souza Rodrigues e Rogério de Souza Santana. Em seu entendimento, o Vereador Lindomar da Silva Nepomuceno tem o direito de preparar e protocolar o projeto, encaminhando-o para tramitação regular na Casa. Caso não seja aprovado, poderá, se entender necessário, buscar outros meios legais, inclusive pela via judicial. O parlamentar ressaltou a importância do respeito entre os membros da Casa e afirmou que os vereadores devem estar preparados para críticas. Reconheceu que pode ser constrangedor rever uma decisão já votada após todo o trâmite legal, mas também destacou que não seria adequado que a Câmara deixasse de apreciar uma demanda apresentada formalmente. Defendeu que o projeto siga seu curso normal, lembrando que, mesmo após eventual aprovação, ainda dependerá de sanção do Poder Executivo. Concluiu afirmando que o vereador está em seu direito de apresentar a matéria e que há caminhos institucionais a serem seguidos. Por fim, o Sr. Presidente reforçou que é direito do vereador apresentar o projeto. Explicou que a proposição deverá passar pelas comissões competentes, ser analisada e, se apta, seguir para votação em plenário, obedecendo ao devido processo legislativo. Contudo, manifestou sua opinião pessoal de que existem pautas mais relevantes para o município, nas áreas da saúde, educação e demais setores, que merecem prioridade. Declarou

sentir-se decepcionado com o cenário político e lamentou que a discussão tenha tomado proporções motivadas por manifestações externas e mensagens ofensivas. Ressaltou, entretanto, que, dentro da legalidade, o projeto poderá ser apresentado e votado. Caso não seja aprovado pela Casa, permanece o direito da família de buscar o Poder Judiciário e, havendo determinação judicial, a Câmara cumprirá a ordem conforme a lei. Concluiu reafirmando seu posicionamento e o compromisso com o cumprimento das normas legais. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente informou que constavam na pauta 02 (dois) Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo, a serem apresentados na presente sessão, destacando a relevância de ambas as matérias. O primeiro trata-se do **Projeto de Lei nº01/2026 (autoria: Poder Executivo) - Dispõe sobre o reajuste do piso salarial dos profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Mucambo e dá outras providências.** O segundo é o **Projeto de Lei nº 02/2026 (autoria: Poder Executivo) - Altera a Lei Municipal nº 63/2019, a qual dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, criando o cargo comissionado de Assessor Especial do Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.** O Sr. Presidente esclareceu que os projetos seriam apresentados e lidos na sessão, encaminhados às comissões competentes para análise e, posteriormente, colocados em votação na sessão seguinte. Em seguida, declarou aberto o **GRANDE EXPEDIENTE** para uso da palavra pelos vereadores. Fez uso da palavra o Vereador Galvão Bueno de Souza Rodrigues, que cumprimentou o Senhor Presidente, os colegas vereadores, o Presidente do SINDICEM, Itevildo, a Professora Marta Freire, demais professores presentes e toda a comunidade que acompanhava a sessão. Destacou que aquela era a primeira sessão ordinária do ano de 2026, manifestando alegria pelo retorno dos trabalhos legislativos e pedindo a proteção de Deus sobre as atividades da Casa. Ressaltou que o ano seria de muito trabalho, lembrando tratar-se também de ano eleitoral e de importantes decisões para o município, o Estado e o país. Informou que, no início do mês de janeiro, realizou visitas institucionais como parte do planejamento do mandato para o ano. Esteve no SINDICEM, dialogando com a nova mesa diretora, ouvindo as demandas da categoria e colocando seu mandato à disposição, especialmente quanto à reivindicação relacionada à realização de concurso público, tema que considerou de grande relevância para

o município e que pretende dialogar junto à gestão municipal. Relatou também visitas à Secretaria de Educação, onde esteve reunido com o secretário Carlos Gomes, apresentando demandas da população referentes a kit escolar, fardamento e perspectivas para o ano letivo. Destacou ainda que o município de Mucambo-Ce recebeu novamente o selo ouro no processo de alfabetização, atribuindo o resultado ao trabalho dos professores e de toda a equipe da educação. Na área da saúde, informou ter levado demandas relacionadas ao hospital municipal e aos PSFs, buscando melhorias no atendimento à população. Ressaltou que, embora existam dificuldades, acredita no esforço conjunto dos parlamentares e da gestão para promover avanços. Mencionou ainda visitas às áreas do esporte, meio ambiente e agricultura, bem como ida à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado, onde tratou de demandas do município. Informou que articulou a vinda de representante da Secretaria Executiva da SDA ao município, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, para conhecer a realidade local e discutir possíveis políticas públicas. Encerrando sua fala, desejou aos colegas um ano de união, trabalho e dedicação ao bem comum, reafirmando que o compromisso de todos deve ser com o povo de Mucambo. Agradeceu ao Presidente pela parceria e destacou a importância do diálogo com a gestão municipal. Colocou seu mandato à disposição da população e desejou boa noite a todos. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Rogério de Souza Santana. O parlamentar cumprimentou o Senhor Presidente, os colegas vereadores, o Presidente do SINDICEM, Itevildo, a vice-Presidente Marta, os demais presentes no plenário e aqueles que acompanhavam a sessão. Inicialmente, parabenizou o Vereador Galvão Bueno de Souza Rodrigues pelas visitas realizadas às secretarias e destacou que esse é o papel do vereador: buscar demandas, dialogar com os órgãos competentes e trabalhar em prol do município. Aproveitou para mencionar que tem sentido a ausência mais efetiva da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) no município, comparando com gestões anteriores em que, segundo ele, havia maior presença e acompanhamento. Elogiou a iniciativa de buscar aproximação com o órgão estadual para conhecer a realidade local. Em seguida, afirmou que traria dois assuntos que considerou polêmicos. O primeiro diz respeito à empresa Guanabara. Relatou que o município de Mucambo contava anteriormente com dois horários fixos de ônibus para Fortaleza, os quais teriam sido retirados

gradativamente, restando atualmente apenas passagens vinculadas ao ônibus oriundo de São Benedito, limitadas a determinado número de vagas. Destacou que a população não recebeu justificativa oficial sobre a extinção dos horários e que muitos cidadãos enfrentam dificuldades para adquirir passagens com destino a Fortaleza ou retorno ao município. Solicitou o apoio dos demais vereadores para buscar esclarecimentos junto à empresa e dar satisfação à população sobre o ocorrido. O segundo ponto abordado foi a situação do transporte alternativo e dos mototaxistas no município. Relatou que esteve no município de Ibiapina e observou que lá existe uma associação organizada de mototaxistas, com exigência de habilitação, padronização das motocicletas e tabela fixa de preços exposta ao público. Comparou com a realidade de Mucambo, onde, segundo ele, não há organização formal, controle adequado nem padronização de tarifas, mencionando como exemplo o valor cobrado para deslocamento até o Distrito de Morrinhos. O vereador defendeu a necessidade de regulamentação e organização do transporte local, incluindo mototáxis, topiqueiros e demais modalidades, ressaltando que atualmente há apenas um controle mais restrito sobre os táxis. Associou ainda a desorganização do transporte à problemática do trânsito no município, reforçando as palavras da vereadora Maria Rodrigues Monteiro Gomes acerca da necessidade de maior fiscalização. Destacou que, em sua avaliação, a organização do trânsito só será efetiva com o funcionamento adequado do DEMUTRAN, inclusive com aplicação de penalidades quando necessário, argumentando que em municípios vizinhos os condutores respeitam as normas por saberem que há fiscalização e multas. Por fim, relatou que, durante o período de recesso, buscou estruturar proposta relacionada à organização do setor, mas que, ao tratar do tema com o gestor municipal, não houve interesse na implementação da iniciativa. Manifestou frustração com a situação, afirmando que o vereador deve ser respeitado em suas propostas e que o objetivo é legislar em favor do município. Encerrando sua fala, reforçou o pedido de apoio dos colegas quanto à questão da Guanabara, expressando confiança de que o assunto chegará ao conhecimento da empresa e que providências poderão ser tomadas para esclarecer a população. Agradeceu ao presidente e finalizou sua participação. Em seguida, o Sr. Presidente perguntou se mais algum vereador desejaria fazer uso da palavra.

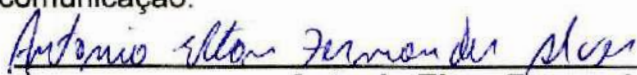
Fez uso da palavra o Vereador José Maria Rodrigues Lima, que iniciou

cumprimentando novamente os presentes e o público quem acompanhava pelas redes sociais. Destacou a importância de ouvir os colegas e reconhecer a disposição de cada um em trabalhar e contribuir com o município. Ressaltou que a vida do vereador no município é desafiadora, sobretudo diante das demandas assistencialistas que consomem tempo e, muitas vezes, dificultam a realização de visitas frequentes às secretarias e órgãos públicos. Relatou situação envolvendo uma mãe da localidade de Caiçara, que solicitou atendimento com Neuropediatra e demonstrou insatisfação diante das dificuldades encontradas, chegando a mencionar a possibilidade de buscar atendimento em outro município. Informou que esteve na Secretaria de Saúde e conversou com o Secretário Fábio, a quem manifestou respeito, buscando esclarecimentos sobre a situação. Segundo relatado, foi informado de que há dificuldade na contratação desse tipo de profissional, tanto pelo alto custo quanto pela escassez no mercado. Ressaltou a importância de trabalhar com transparência e verdade junto à população, evitando criar expectativas que não possam ser atendidas. Mencionou ainda a necessidade de acompanhar a situação do Açude dos Oitis, recordando audiência pública realizada anteriormente e destacando a importância de buscar informações atualizadas sobre o andamento do projeto, especialmente quanto às etapas de indenização, assinatura e licitação. Sugeri ao Presidente a realização de visita à capital para tratar do tema, bem como ao DETRAN, a fim de discutir outras demandas relevantes para o município. Concluiu reafirmando seu compromisso com o trabalho, o respeito aos colegas e a disposição para contribuir com o bem-estar da população mucambense. Na sequência, o Sr. Presidente voltou a questionar se mais algum vereador desejaria se manifestar. Fez uso da palavra a Vereadora Cristiane Maria Mendes Parente, que cumprimentou o Presidente, os colegas vereadores, os presentes no plenário e aqueles que acompanhavam a sessão. Iniciou sua fala destacando a preocupação com a situação do trânsito no município, afirmando que se trata de um tema que merece atenção conjunta dos parlamentares. Ressaltou que acidentes de trânsito geram consequências graves, impactando não apenas as vítimas e seus familiares, mas também o sistema de saúde, que já enfrenta dificuldades estruturais. Como mãe, vereadora e profissional da saúde, afirmou que se sente especialmente sensibilizada ao presenciar comportamentos imprudentes, como manobras perigosas realizadas por motociclistas,

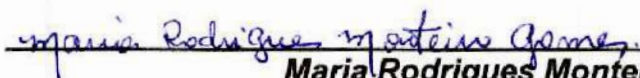


destacando os riscos envolvidos. Defendeu que a Câmara se reúna para discutir medidas que possam contribuir para a organização e melhoria do trânsito no município. Parabenizou ainda a nova administração nas áreas da saúde e educação, colocando-se à disposição para dialogar e colaborar com o que for necessário. Ao se referir à discussão anterior sobre a revogação da homenagem, afirmou compreender a posição do Vereador Lindomar da Silva em apresentar a demanda recebida, independentemente do resultado final. Relatou que, em momentos anteriores, presenciou situações constrangedoras durante debates na Casa, que lhe causaram indignação enquanto cidadã e vereadora, destacando a importância do respeito mútuo. Finalizou reafirmando o compromisso de união entre os parlamentares, defendendo que o Legislativo atue de forma conjunta para promover o bem-estar da população. Desejou que o ano seja conduzido com sabedoria, boas intenções e responsabilidade, pedindo a bênção de Deus sobre os vereadores e sobre o Poder Executivo. Encerrou desejando boa noite a todos. O Sr. Presidente voltou a indagar se mais algum vereador desejaria fazer uso da palavra e, em seguida, fez uma retificação acerca de sua fala anterior. Esclareceu que, ao mencionar estar decepcionado com a classe política, expressou-se de forma inadequada, afirmando que sua insatisfação não era direcionada aos colegas parlamentares, mas sim ao sistema político atual e à forma como o debate público vem sendo conduzido, especialmente nas redes sociais. Destacou que críticas ao exercício do mandato são legítimas e fazem parte da vida pública, mas ponderou que ofensas pessoais e ataques à honra extrapolam os limites do respeito. Ressaltou que todos os vereadores foram eleitos pelo voto popular e exercem suas funções diariamente, cada um à sua maneira, buscando o melhor para a população. Enfatizou que o vereador é frequentemente o primeiro agente público procurado pelos cidadãos, a qualquer hora do dia, para atender demandas diversas, e que, embora não seja possível resolver tudo, o esforço é sempre no sentido de contribuir com o município. Concluiu reafirmando seu compromisso com a população mucambense. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Galvão Bueno de Souza Rodrigues, que solicitou a colaboração da população com a proximidade do período carnavalesco. Orientou que, caso consumam bebida alcoólica, não dirijam, e reforçou a importância da prevenção, mencionando a distribuição de preservativos nos eventos e a necessidade de cuidados com a saúde. Também

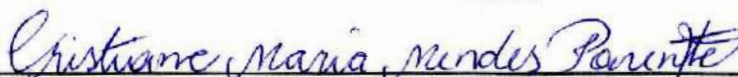
alertou para o respeito às mulheres, reforçando a mensagem de que “não é não”, e pediu prudência quanto aos riscos de acidentes, lembrando das dificuldades enfrentadas atualmente pelo sistema de saúde, inclusive pela sobrecarga nas unidades hospitalares. Finalizou desejando que todos aproveitem o período festivo com responsabilidade e segurança. Em seguida, a Vereadora Cristiane Maria Mendes pediu a palavra para agradecer a presença do Dr. David Fernandes na sessão, desejando-lhe boas-vindas e destacando a importância de sua assessoria jurídica para auxiliar os trabalhos legislativos. Por fim, o Sr. Presidente, não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a sessão, desejando boa noite a todos os presentes e aos que acompanhavam pelos meios de comunicação.



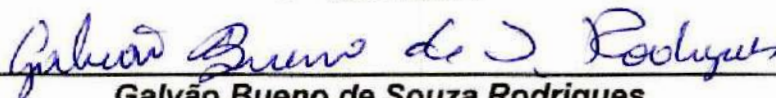
**Antonio Elton Fernandes Alves**  
Presidente



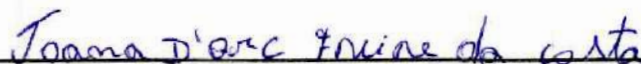
**Maria Rodrigues Monteiro Gomes**  
1ª Secretária




**Cristiane Maria Mendes Parente**  
2ª Secretária




**Galvão Bueno de Souza Rodrigues**



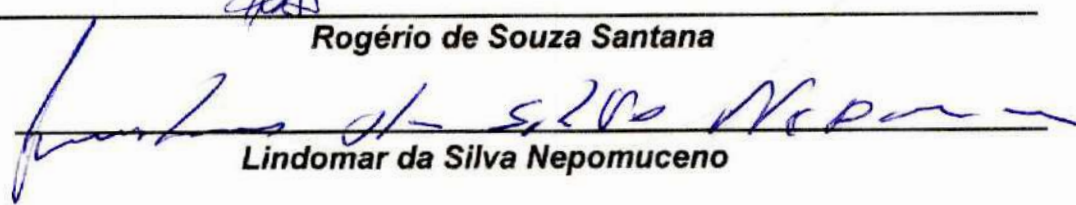
**Joana D'arc Freire da Costa**



**José Maria Rodrigues Lima**



**Rogério de Souza Santana**



**Lindomar da Silva Nepomuceno**